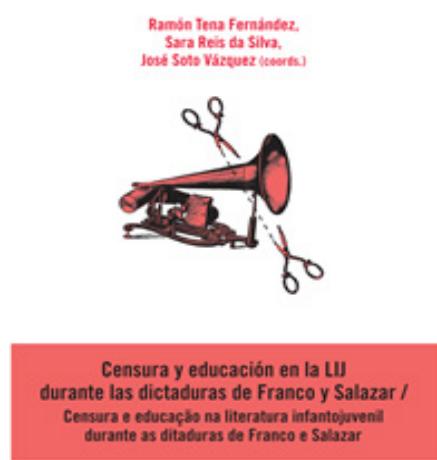


Tena Fernández, R., Reis da Silva, S., & Soto Vázquez, J. (Coords.). (2025). *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar*. Universidad de Castilla-La Mancha; Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.



Durante décadas, a censura literária em regimes autoritários foi objeto de estudo, principalmente no domínio da literatura para adultos. A literatura infantojuvenil, pelo contrário, permaneceu na sombra crítica, muitas vezes considerada neutra ou inofensiva. Esta percepção é desmontada de forma modelar ao longo deste livro, evidenciando como os textos destinados ao público mais jovem constituíram um espaço estratégico de intervenção ideológica.

Trata-se de uma obra de referência incontornável no campo dos estudos sobre censura, literatura infantojuvenil e pedagogia

em contextos autoritários.

Publicada em 2025 pela Ediciones Universidad de Castilla-La Mancha, na prestigiada Colección Arcadia, esta obra surge num momento simbólico: o cinquentenário do fim das ditaduras ibéricas. A sua pertinência é dupla — histórica e pedagógica —, pois permite compreender de que modo a repressão cultural e a censura editorial moldaram o imaginário de várias gerações, condicionando a formação ética, estética e política das crianças e jovens em Espanha e Portugal.

A censura sobre a literatura especialmente dirigida às crianças e aos jovens funcionou como um dispositivo de controlo simbólico e moral, através do qual o Estado e a Igreja procuraram modelar comportamentos, crenças e valores, desde a infância. O conjunto de estudos coligidos neste volume analisam em profundidade os mecanismos legais e institucionais da censura, bem como os seus efeitos

Reseña

sobre a produção, edição e circulação de obras. A publicação fundamenta-se na análise de arquivos originais de censura provenientes de ambos os países, os quais oferecem documentação detalhada sobre a repressão às publicações literárias, abordada sob múltiplas perspetivas. A documentação reunida — pareceres de censores, registos administrativos, legislação e correspondência editorial — é de grande valor histórico e evidencia a complexidade do aparelho repressivo. Adicionalmente, a obra examina as trajetórias formativas, profissionais e biográficas de determinados agentes de censura, cuja autoridade lhes conferia o poder de eleger os conteúdos literários que poderiam ser divulgados, em que moldes e sob que condições.

Os autores identificam ainda os temas mais frequentemente visados: o corpo e a sexualidade, o papel da mulher, a autonomia individual, o humor, a crítica social e a imaginação livre.

Géneros como o teatro infantil, a banda desenhada, as adaptações dos contos tradicionais e os contos de fadas foram alvo de vigilância apertada, reescritas moralizantes e, em muitos casos, interdições totais, num esforço de domesticação da fantasia e de uniformização ideológica. A título exemplificativo, releia-se o estudo de Sara Reis da Silva sobre a censura aplicada aos contos de fadas. Neste, demonstra-se que estas narrativas, longe de serem inofensivas, foram profundamente reconfiguradas pelos regimes ditoriais. Elementos de autonomia, rebeldia e imaginação livre foram sistematicamente suprimidos ou reescritos, dando lugar a versões moralizantes que reforçavam papéis de género tradicionais, a obediência às figuras de autoridade e os valores religiosos conservadores. A investigadora interpreta a censura não apenas como prática repressiva, mas também como mecanismo de produção simbólica: ao eliminar determinadas vozes, criava outras, ajustadas aos ideais do regime. A sua leitura, de grande sensibilidade crítica, restitui à infância o estatuto de categoria social vulnerável e politicamente manipulável.

A coordenação de Ramón Tena Fernández, José Soto Vázquez e Sara Reis da Silva confere a esta obra um equilíbrio notável entre rigor académico, interdisciplinaridade e diversidade de perspetivas.

Ramón Tena Fernández e José Soto Vásquez são académicos vinculados à Universidade de Extremadura, especializados em estudos sobre censura literária, especialmente durante o franquismo, com foco na literatura infantil e juvenil. Ambos são coautores e editores de obras que investigam os

mecanismos de censura durante as ditaduras do século XX, com base em fontes primárias e arquivos históricos. Os seus estudos são referência para pesquisadores ibéricos e latino-americanos e para quem procura compreender o modo como os regimes autoritários moldaram a literatura destinada a crianças e jovens. Sara Reis da Silva, docente da Universidade do Minho, é uma referência incontornável nos estudos portugueses da literatura para a infância, com destaque para a educação literária e mediação leitora. É membro do Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), tem muitos trabalhos publicados, dos quais destacamos, por exemplo, o seguinte artigo: «Censorship of Children's Literature During Salazar's Dictatorship: A Study of a Very Singular Case» in Bellaterra Journal of Teaching & Learning Language & Literature, 18(1), e1352. <https://doi.org/10.5565/rev/jtl3.1352>.

A convergência destes três percursos confere à obra em apreço uma perspetiva comparativa sólida, abrangendo duas tradições críticas que dialogam de forma equilibrada.

A escolha de uma abordagem comparativa entre Portugal e Espanha revela-se metodologicamente fecunda e intelectualmente necessária. As ditaduras de Franco e Salazar partilharam a obsessão pelo controlo da moral pública e pela construção de um cidadão obediente, casto e patriótico. Ambas instrumentalizaram a literatura de potencial receção infantil como veículo de doutrinação e censuraram qualquer forma de imaginação que escapasse à ortodoxia ideológica. Contudo, o volume mostra que existiam diferenças estruturais: em Espanha, a censura assumiu uma natureza mais burocrática e institucionalizada, enquanto em Portugal predominou um modelo moral e religioso fortemente dependente da Igreja Católica e dos organismos educativos. A análise comparada permite compreender tanto os pontos de convergência — o papel das comissões de censura, a interferência nos currículos escolares, a homogeneização das traduções — como as divergências de cada contexto. Ao articular estas dimensões, o livro constrói uma leitura integrada da censura ibérica como parte de uma lógica mais ampla de domesticação simbólica da infância na Europa do século XX.

A publicação deste volume na Colección Arcadia constitui, por si só, um reconhecimento do seu valor académico. A coleção, editada pela Universidad de Castilla-La Mancha, é amplamente reconhecida no espaço ibérico pela qualidade das suas publicações e pela promoção de estudos literários e culturais de fronteira. O rigor da curadoria e o prestígio editorial reforçam a credibilidade desta obra, que eleva

Reseña

a literatura infantil e juvenil ao estatuto de objeto legítimo de investigação crítica.

Para além da importância histórica e documental, *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar* abre novas perspetivas sobre o presente, ao convidar à reflexão sobre formas contemporâneas de censura — subtis, difusas e frequentemente disfarçadas de critérios pedagógicos ou morais — que continuam a limitar a liberdade criativa e a diversidade editorial. A sua leitura ultrapassa, assim, o mero interesse historiográfico. É um contributo decisivo para compreender a relação entre poder, literatura e infância e oferece ferramentas conceptuais e metodológicas para o estudo das interseções entre censura, educação e liberdade de expressão, contribuindo para o fortalecimento de uma educação literária crítica e plural. No contexto académico e da formação de professores, a obra pode ser utilizada como base para analisar práticas censórias em manuais escolares, comparar edições de obras infantojuvenis publicadas antes e depois das transições democráticas ou refletir sobre o papel da literatura na formação ética e democrática dos leitores jovens. Pela sua profundidade e atualidade, *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar* afirma-se como uma leitura indispensável para investigadores, docentes, mediadores de leitura e todos aqueles que reconhecem na literatura um espaço de resistência, memória e emancipação.

maria helena RODRIGUES MAGALHÃES

CIEC, Universidade do Minho

magalhaesmariahelena1964@gmail.com